

Veículo: Amazonas Em Tempo

Editoria: País/Mundo

Tipo notícia: Reportagem

Página: 1-12

Data de publicação: 26/05/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Assunto de interesse

Valoração: R\$ 23.715,13

FIEAM SESI SENAI IEL

Câmara propõe fim da escala 6x1 em etapas



PEC

Fim da escala 6x1 pode ocorrer em duas etapas

Câmara prevê reduzir jornada semanal de 44 para 40 horas em até um ano após promulgação. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmou ontem (25) que o fim da escala 6x1 deve ocorrer em duas etapas, caso a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) seja aprovada pelo Congresso Nacional. A proposta prevê que, 60 dias após a promulgação da PEC, a jornada máxima semanal seja reduzida de 44 para 42 horas. Em seguida, 12 meses depois, as duas horas restantes seriam retiradas, estabelecendo a carga horária semanal em 40 horas. Além disso, o direito a dois dias de descanso por semana passaria a valer dois meses após a promulgação da medida. Depois da votação na Câmara, prevista para esta semana, o texto ainda seguirá para análise no Senado, onde precisará de pelo menos 49 votos favoráveis para aprovação.

Transição "Se falou muito que seria em tantos anos e tal, mas a posição final da Câmara dos Deputados, em consenso com o governo, é fazer essa transição em um ano", disse Motta em entrevista ao lado dos ministros da SRI (Secretaria de Relações Institucionais), José Guimarães, e do Trabalho, Luiz Marinho. O modelo de transição foi anunciado após uma reunião reservada entre Motta e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada nesta segunda-feira no Palácio do Planalto. O parecer será apresentado às 17h pelo relator da proposta, o deputado Leo Prates, durante reunião da comissão especial da Câmara. A expectativa é que o texto seja votado na comissão na quarta-feira (27) e analisado no plenário da Câmara na quinta-feira (28).

Teto do MEIO acordo firmado entre Motta e Lula também inclui a possibilidade de ampliar o teto de faturamento do MEI (Microempreendedor Individual), atualmente limitado a R\$ 81 mil anuais. Segundo Motta, o presidente Lula demonstrou abertura para discutir o tema. Enquanto isso, o Ministério do Planejamento calcula os impactos fiscais da atualização do teto. Outra medida em discussão prevê que microempreendedores individuais possam contratar até dois funcionários, em vez do limite atual de apenas um empregado. "Hoje esses empreendedores só podem empregar uma pessoa. Nossa ideia é avançar e permitir que eles possam contratar mais pessoas", afirmou. De acordo com o presidente da Câmara, a flexibilização pode estimular a formalização de trabalhadores e ampliar a geração de empregos.

Categorias específicas O relator da PEC, Leo Prates, avalia que a redução da jornada pode impactar especialmente os microempreendedores, devido à limitação no número de funcionários permitidos no regime do MEI. Por isso, a proposta deve incluir a previsão de uma lei específica para tratar da flexibilização das contratações e da atualização do teto de faturamento.

Fim da escala 6x1 pode ocorrer em duas etapas

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Câmara prevê reduzir jornada semanal de 44 para 40 horas em até um ano após promulgação

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmou ontem (25) que o fim da escala 6x1 deve ocorrer em duas etapas, caso a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) seja aprovada pelo Congresso Nacional.

A proposta prevê que, 60 dias após a promulgação da PEC, a jornada máxima semanal seja reduzida de 44 para 42 horas. Em seguida, 12 meses depois, as duas horas restantes seriam retiradas, estabelecendo a carga horária semanal em 40 horas.

Além disso, o direito a dois dias de descanso por semana passaria a valer dois meses após a promulgação da medida.

Depois da votação na Câmara, prevista para esta semana, o texto ainda seguirá para análise

no Senado, onde precisará de pelo menos 49 votos favoráveis para aprovação.

Transição

"Se falou muito que seria em tantos anos e tal, mas a posição final da Câmara dos Deputados, em consenso com o governo, é fazer essa transição em um ano", disse Motta em entrevista ao lado dos ministros da SRI (Secretaria de Relações Institucionais), José Guimarães, e do Trabalho, Luiz Marinho.

O modelo de transição foi anunciado após uma reunião reservada entre Motta e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada nesta segunda-feira no Palácio do Planalto.

O parecer será apresentado às 17h pelo relator da proposta, o deputado Leo Prates, durante reunião da comissão especial da Câmara.

A expectativa é que o texto seja votado na comissão na quarta-feira (27) e analisado no plenário da Câmara na quinta-feira (28).

Teto do MEI

O acordo firmado entre Motta e Lula também inclui



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB)

a possibilidade de ampliar o teto de faturamento do MEI (Microempreendedor Individual), atualmente limitado a R\$ 81 mil anuais.

Segundo Motta, o presidente Lula demonstrou abertura para discutir o tema. Enquanto isso, o Ministério do Planejamento calcula os impactos fiscais da atualização

do teto.

Outra medida em discussão prevê que microempreendedores individuais possam contratar até dois funcionários, em vez do limite atual de apenas um empregado.

"Hoje esses empreendedores só podem empregar uma pessoa. Nossa ideia é avançar e permitir que eles

possam contratar mais pessoas", afirmou.

De acordo com o presidente da Câmara, a flexibilização pode estimular a formalização de trabalhadores e ampliar a geração de empregos.

Categorias específicas

O relator da PEC, Leo Prates, avalia que a redução da

jornada pode impactar especialmente os microempreendedores, devido à limitação no número de funcionários permitidos no regime do MEI.

Por isso, a proposta deve incluir a previsão de uma lei específica para tratar da flexibilização das contratações e da atualização do teto de faturamento.

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impessos/2026/05/26/Ny0yNi0wNS0yMDI2XzA5OjQy.png>